

Concurso Público para provimento dos cargos efetivos do Município de Senador Canedo-GO

CONCURSO PÚBLICO

EDUCADOR FÍSICO

CADERNO DE QUESTÕES

21/06/2026

DISCIPLINA	QUESTÕES
Língua Portuguesa	01 a 10
Legislação aplicada ao Setor Público	11 a 20
Políticas e Legislação de Saúde	21 a 30
Conhecimentos Específicos	31 a 50
Prova Discursiva	-

SOMENTE ABRA ESTE CADERNO QUANDO AUTORIZADO

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES

Atenção: Transcreva no espaço designado do seu CARTÃO-RESPOSTA, com sua caligrafia usual, considerando as letras maiúsculas e minúsculas, a seguinte frase:

Apreciar o pôr do sol é um autocuidado.

1. Quando for autorizado abrir o caderno de questões, verifique se ele está completo ou se apresenta imperfeições gráficas que possam gerar dúvidas. Se isso ocorrer, solicite outro exemplar ao fiscal de sala.
2. Este caderno é composto por questões de múltipla escolha e prova discursiva. Cada questão de múltipla escolha apresenta 04 (quatro) alternativas de respostas, das quais apenas uma é a correta. A prova discursiva é composta por 1 (uma) questão sobre o conteúdo programático previsto para os conhecimentos específicos do cargo e deverá ser respondida em, no máximo, 30 (trinta) linhas.
3. O cartão-resposta é personalizado e não será substituído em caso de erro no preenchimento. Ao recebê-lo, confira se seus dados estão impressos corretamente. Se houver erro de impressão, notifique o fiscal de sala.
4. Assinale as respostas no cartão-resposta com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente, preenchendo integralmente apenas um alvéolo por questão. O(A) candidato(a) que marcar o cartão-resposta com rasura ou fizer mais de uma marcação por questão, ainda que legível, ou não preencher o campo de marcação corretamente ou não marcar a questão no cartão-resposta, terá pontuação 0,0 (zero) na questão.

LÍNGUA PORTUGUESA

Questões de 01 a 10

Leia o **Texto 1** para responder às questões de **01 a 03**.

Texto 1

Eu não acredito na transparência do olhar sobre mim ou sobre os outros. O olhar puro e transparente pressupõe uma essência e uma capacidade que eu acredito que não sejamos portadores. Eu não poderia olhar para mim, porque não tenho uma essência e nem sou permanentemente algo. Eu sou uma soma de muitas coisas e posso ter, sobre mim, opiniões muito variadas e distintas.

Uma fábula indiana de que gosto muitíssimo narra que quatro cegos se aproximam de um elefante. O primeiro cego, que nunca tinha visto um elefante, diz, ao apalpar seu abdômen, que ele se parece com uma parede. Outro cego diz que ele se parece com uma corda, ao apalpar sua cauda. O terceiro diz que ele se parece com quatro colunas, ao apalpar suas pernas, e o último cego diz que o elefante se parece com uma espada, ao apalpar o marfim. Todos os quatro têm razão e todos eles deram uma visão parcial do elefante. A verdade não é a soma dos quatro, porque o elefante não é uma parede, corda, colunas e espada: é algo ainda além disso.

Eu não acredito na transparência. Porém, não acredito também que estamos condenados ao olhar opaco. Ao defender que não existe o olhar opaco, quero dizer que não estamos condenados ao narciso permanente de nós mesmos num espelho, como uma velha que pergunta ao espelho se haverá alguém mais bela do que ela, e que só aceita uma resposta ou ameaça quebrar o espelho, caso a resposta não seja aquela.

Eu não acredito na transparência e nem na opacidade do olhar. Eu acredito que o exercício crítico, a filosofia, a psicanálise, a história, a antropologia, a sabedoria, a idade, a experiência, a dor – todas essas coisas podem tornar o meu olhar cada vez mais translúcido.

Cada vez mais eu olho para os outros, mas nunca os verei. Cada vez mais eu olho para mim, mas nunca captarei, pois sempre me falta a experiência totalizadora, a última, a absoluta - que é morrer. Logo, nunca terei domínio de tudo, por que não sei ainda como é morrer. Como diz Woody Allen: “Não tenho nada contra a morte. Só não gostaria de estar presente.”

KARNAL, Leandro. Por que nunca chegaremos à verdade. In: *Fronteiras do Pensamento*. Site. Disponível em: <https://www.fronteiras.com/leia/exibir/leandro-karnal-por-que-nunca-chegaremos-a-verdade>. Acesso em: 26. nov. 2025. [Adaptado].

QUESTÃO 01

O texto apresentado desenvolve uma reflexão sobre a impossibilidade de um olhar plenamente transparente sobre si e sobre o outro, recorrendo a reflexões filosóficas, e a narrativas e referências culturais para construir seu ponto de vista. Considerando a tipologia e o gênero textual-discursivo, compreende-se que o texto

- (A) pertence ao gênero ensaio filosófico, caracterizado pela exposição sistemática e logicamente encadeada de conceitos, com estrutura rígida e terminologia técnica própria das ciências humanas, cujo objetivo é apresentar uma tese formal e conclusiva.
- (B) pertence ao gênero crônica reflexiva, pois parte de acontecimentos cotidianos, narrados em tom leve, para construir um comentário subjetivo sobre a percepção humana, mantendo foco na dimensão narrativa mais que no argumento.
- (C) realiza um movimento típico do ensaio contemporâneo: combina reflexão subjetiva, argumentação aberta, referências literárias e filosóficas e liberdade composicional, sem pretensão de sistematicidade, organizando-se mais como exploração de ideias do que como defesa rígida de uma tese.
- (D) configura-se como um artigo de divulgação científica, uma vez que traduz conceitos filosóficos complexos para o grande público, utilizando exemplos e analogias com o intuito central de transmitir conhecimento especializado de maneira acessível.

QUESTÃO 02

No trecho “Cada vez mais eu olho para mim, mas nunca captarei, pois sempre me falta a experiência totalizadora, a última, a absoluta - que é morrer”, temos um caso de próclise

- (A) obrigatória, na medida em que se trata de uma preposição, um dos reconhecidos atratores pronominais.
- (B) proibida, na medida em que apenas advérbios negativos funcionam como atratores do pronome para próclise.
- (C) facultativa, na medida em que se trata de uma preposição, um dos reconhecidos atratores pronominais.
- (D) canônica, na medida em que os advérbios, quando modificam diretamente o sentido do verbo, são considerados atratores pronominais.

QUESTÃO 03

O texto apresenta uma reflexão sustentada por um percurso argumentativo que discute a impossibilidade de um “olhar transparente” e, ao mesmo tempo, recusa um “olhar opaco”. Para tanto, recorre a múltiplas vozes culturais, filosóficas e literárias. Nesse movimento, o autor articula referências diversas: a fábula indiana dos quatro cegos e o elefante, figuras do imaginário literário universal como Narciso e a “velha que pergunta ao espelho” (a Rainha Má, de Branca de Neve), além de uma citação humorística atribuída a Woody Allen. Considerando esse conjunto, a construção argumentativa do texto se caracteriza por

- (A) o uso de interdiscursividades e intertextualidades explícitas que funcionam como matrizes simbólicas culturalmente compartilhadas, reforçando a ideia de que nenhum sujeito alcança uma compreensão total de si mesmo ou do outro.
- (B) o emprego de referências simbólicas de caráter meramente ilustrativo, que não contribuem de modo significativo para a argumentação, limitando-se a exemplos pontuais sem articulação com discursos culturais consolidados.
- (C) a presença de alusões culturais que compõem enfeites estilísticos com pouca interação com a progressão argumentativa, atuando de maneira independente do eixo conceitual do texto ao não dialogarem com os saberes partilhados.
- (D) a utilização de menções a personagens que são empregadas para caracterizar o estilo figurativo do autor, sem produzir impactos na progressão argumentativa ou no modo como o leitor é levado a compreender a complexidade do olhar e a necessidade da reflexão empática.

RASCUNHO**QUESTÃO 04**

A coesão textual é responsável pela construção da articulação do texto e sua progressão. Há diferentes formas de construir tais processos. O uso de conectores é um caso claro de processo coesivo, o qual pode configurar uma coesão:

- (A) referencial, a qual diz respeito à retomada ou antecipação de elementos do texto por meio de pronomes, advérbios e expressões nominais que estabelecem vínculos de referência interna.
- (B) semântica (ou lexical), a qual se realiza por meio da repetição, substituição lexical, uso de sinônimos, hiperônimos ou termos do mesmo campo semântico, como é o caso dos conectores.
- (C) substitutiva (ou por elipse), uma vez que essa modalidade opera pela omissão ou substituição de elementos já mencionados, permitindo evitar repetições desnecessárias, ao passo que os conectores substituem termos ao articular segmentos textuais.
- (D) sequencial, na medida em que os conectores organizam a progressão temática e a relação lógico-discursiva entre partes do texto — como causa, contraste, consequência, conclusão, adição etc. —, garantindo a continuidade textual.

RASCUNHO

QUESTÃO 05

Leia o texto a seguir.

Quando nasci um anjo esbelto,
desses que tocam trombeta, anunciou:
vai carregar bandeira.
Cargo muito pesado pra mulher,
esta espécie ainda envergonhada.
Aceito os subterfúgios que me cabem,
sem precisar mentir.
Não tão feia que não possa casar,
acho o Rio de Janeiro uma beleza e
ora sim, ora não, creio em parto sem dor.
Mas, o que sinto escrevo. Cumpro a sina.
Inauguro linhagens, fundo reinos
— dor não é amargura.
Minha tristeza não tem pedigree,
já a minha vontade de alegria,
sua raiz vai ao meu mil avô.
Vai ser coxo na vida, é maldição pra homem.

PRADO, Adélia. Poema "Com licença poética", publicado na obra *Bagagem*, de 1976.

No poema, a voz lírica combina reflexões existenciais com afirmações de ordem social e cultural, articulando-as por meio de escolhas lexicais que produzem efeitos de subjetividade e modalização. Em que medida e de que forma a classificação gramatical das palavras pode produzir efeitos de sentido particulares no texto?

- (A) Nas expressões "cargo muito pesado pra mulher" e "esta espécie ainda envergonhada", os termos "muito" e "ainda" funcionam, respectivamente, como advérbio de intensidade e advérbio temporal, produzindo um efeito de dramaticidade pela imposição social que recai sobre a figura feminina.
- (B) Em "não tão feia que não possa casar", a palavra "tão" é um adjetivo, pois qualifica o substantivo subentendido "eu", funcionando como núcleo de predicação que reforça a autopercepção irônica da voz lírica, que é o eixo semântico central do poema.
- (C) No verso "Mas, o que sinto escrevo", os termos "mas" e "que" pertencem à mesma classe gramatical — conjunções coordenativas —, estabelecendo uma relação de oposição e explicação, respectivamente, entre as orações do período, gerando o efeito subversivo no poema.
- (D) Em "dor não é amargura", os vocábulos "dor" e "amargura" pertencem à classe dos substantivos abstratos, contribuindo para que a oposição semântica ultrapasse o campo meramente fisiológico e revele uma reflexão sobre a experiência humana, típica da poética da autora.

Leia o **Texto 2** para responder às questões **06** e **07**.

Texto 2

O movimento conhecido como cultura do cancelamento, que começou, sim, como uma forma de chamar a atenção para injustiças de todo tipo e proteção ambiental, se tornou uma arma de execração pública e de censura capaz de atingir indistintamente anônimos e famosos, tanto faz.

A cultura do cancelamento é um linchamento virtual e é assim que vou chamá-lo, pois funciona como o conhecido linchamento ou linchagem, que é o assassinato de uma ou mais pessoas cometido por uma multidão com o objetivo de punir um suposto transgressor.

Basta um registro aleatório jogado na internet de um possível ato reprovável ou que contrarie os valores geralmente aceitos como corretos, para que uma pessoa seja marcada permanentemente pelo linchamento virtual [...].

Para muitos não há uma segunda chance. As redes sociais tornaram-se reféns dos excessos irrazoáveis do justicamento do cancelamento.

Assim, a ferramenta que era para intensificar a voz de grupos oprimidos, forçar ações políticas ou banir aqueles que tivessem cometido atos reprováveis — como racismo e violência sexual, dentre outros — tornou-se uma ameaça, pronta para destruir reputações a qualquer preço. E isso exige vigilância e um combate jurídico dos excessos na mesma proporção, rapidez e intensidade [...].

WILIANS, Nelson. Linchamento virtual: a cultura do cancelamento. Estúdio Folha, *Folha de São Paulo*, 10. Fev. 2021. Disponível em: <https://estudio.folha.uol.com.br/nelson-wilians/2021/02/linchamento-virtua-a-cultura-do-cancelamento.shtml>. Acesso em: 29 nov. 2025.

QUESTÃO 06

Considerando o texto apresentado sobre a cultura do cancelamento, qual é o tipo de argumento predominante empregado pelo autor?

- (A) O argumento de autoridade, citando especialistas e instituições credíveis, respaldadas e reconhecidas para validar sua crítica ao fenômeno da cultura do cancelamento.
- (B) O argumento por analogia, já que o texto se sustenta sobretudo em comparações metafóricas que aproximam o cancelamento de outras práticas sociais degradantes.
- (C) O argumento pragmático, mais especificamente o argumento pelo efeito perverso, pois aponta que um movimento inicialmente positivo gerou consequências negativas e indesejadas.
- (D) O argumento causal, demonstrando tecnicamente as causas estruturais e sociais que originaram o cancelamento como prática de punição digital extremamente corrente em dias atuais.

QUESTÃO 07

No trecho “Assim, a ferramenta que era para intensificar a voz de grupos oprimidos, forçar ações políticas ou banir aqueles que tivessem cometido atos reprováveis [...] tornou-se uma ameaça”, quais diferentes processos de formação e funcionamento morfológico são relevantes para a interpretação do enunciado?

- (A) Em reprováveis, o sufixo *-vel* indica possibilidade ou capacidade, configurando derivação sufixal que atribui ao adjetivo um valor modal.
- (B) Em intensificar, há um caso de derivação regressiva, pois provém do substantivo “intenso” por perda de morfema, recebendo em seguida a terminação verbal *-ar*.
- (C) Em oprimidos, o sufixo *-ido* funciona como marcador de particípio passado originado de verbo regular terminado em *-ir*, não havendo valor adjetival no contexto.
- (D) Em ameaça, há um caso de derivação sufixal de “ameaçar”, sendo o sufixo *-ça* responsável por transformar o verbo em adjetivo abstrato.

RASCUNHO**QUESTÃO 08**

Em uma análise semântica, afirma-se que enunciados com certos verbos factivos, estruturas clivadas e construções com adjuntos temporais tendem a acionar pressuposições estáveis sob negação e sob formas interrogativas. Considere o enunciado:

Foi Maria que deixou de revisar o relatório novamente.

Com base nos testes pressuposicionais, o enunciado aciona a pressuposição de que

- (A) uma revisão prévia do relatório ocorreu, o que se confirma ao aplicar o teste da negação tanto à forma afirmativa quanto à forma interrogativa.
- (B) o relatório era responsabilidade da Maria, o que se confirma ao aplicar o teste da substituição referencial na forma negativa.
- (C) o relatório existia previamente, o que se confirma ao aplicar o teste da negação e se mantém estável na forma interrogativa.
- (D) o relatório foi revisado anteriormente pela Maria, o que não se confirma ao aplicar o teste de factividade, mas se mantém ao aplicar o teste de clivagem.

RASCUNHO

Leia as Charges 1 e 2 para responder às questões 09 e 10.

Charge 1



Jean Galvão, publicado na seção Cartum da *Folha de São Paulo*, 23. nov. 2025. Disponível em: <https://cartum.folha.uol.com.br/charges/2025/11/23/jean-galvao.shtml>. Acesso em: dez. 2025.

Charge 2



Galvão Bertazzi, publicado na seção Cartum da *Folha de São Paulo*, 20. nov. 2025. Disponível em: <https://cartum.folha.uol.com.br/charges/2025/11/20/galvao-bertazzi.shtml>. Acesso em: dez. 2025.

QUESTÃO 09

As charges fazem referência à COP 30, conferência internacional sobre mudanças climáticas que ocorreu em novembro de 2025, em Belém do Pará, no Brasil. Considerando os recursos verbais e não verbais utilizados, ambas

- (A) criticam a falta de representatividade nos fóruns climáticos internacionais, destacando a ausência de países vulneráveis e populações tradicionais nas tomadas de decisão, o que aponta para as contradições do evento.
- (B) denunciam, por meio de ironia, a incoerência entre o discurso ambiental defendido nas conferências e as práticas reais dos participantes, revelando contradições internas do próprio evento.
- (C) enfatizam que os países ricos buscam superioridade política nas conferências, o que é simbolizado pela posição do personagem árabe no topo do tronco cortado e pela mesa circular dominada por delegações do Norte global.
- (D) apontam que a COP 30 será ineficaz por falhas logísticas e organizacionais, representadas pelo fotógrafo desorientado na primeira charge e pela pilha de papéis descartados na segunda.

QUESTÃO 10

Ao considerarmos o funcionamento do gênero textual-discursivo, isto é, sobre a forma como ele se organiza e empreende sentidos, a charge

- (A) dispensa a ativação de conhecimentos sociopolíticos para sua interpretação, por ser um gênero predominantemente icônico.
- (B) gera efeitos de subversão do sentido por meio de uma ruptura sintática entre texto verbal e não verbal ocasionada pelo humor.
- (C) caracteriza-se por apresentar personagens estáveis e narrativas prolongadas, o que a distingue do cartum.
- (D) depende de um contexto de produção imediato, mobilizando interdiscursos e pressupostos compartilhados para produzir seu efeito crítico.

LEGISLAÇÃO APLICADA AO SETOR PÚBLICO

Questões de 11 a 20

QUESTÃO 11

Segundo o art. 37, da Constituição Federal de 1988, funções de confiança e cargos em comissão têm características específicas quanto ao preenchimento. Considerando o texto constitucional, funções de confiança são exercidas por

- (A) servidores lotados em cargos em comissão, livres de exoneração, e que se destinam a atribuições técnico-científicas.
- (B) servidores efetivos, acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei.
- (C) servidores temporários, desde que posteriormente aprovados em concurso público de provas ou de provas e títulos.
- (D) servidores efetivos ou comissionados, nos percentuais mínimos previstos em lei, destinados apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

QUESTÃO 12

A ética no serviço público envolve valores e padrões que orientam a atuação do agente estatal. De acordo com fundamentos da ética administrativa, a conduta ética

- (A) limita-se ao cumprimento formal da lei.
- (B) envolve integridade, respeito e responsabilidade.
- (C) pode ser ajustada conforme oportunidade e conveniência.
- (D) é definida pelos servidores do órgão, mudando ao longo do tempo.

QUESTÃO 13

Um servidor comete irregularidade funcional que ocasiona prejuízo ao erário. Nesse caso, considerando os regimes de responsabilização,

- (A) a condenação penal impede responsabilizações civil e administrativa.
- (B) a absolvição administrativa impede responsabilização na esfera penal.
- (C) as responsabilidades administrativas, civil e penal são independentes entre si e podem ser cumuladas.
- (D) as responsabilizações administrativa e civil dependem do trânsito em julgado da ação penal.

QUESTÃO 14

Um administrado punido busca revisão da sanção aplicada, alegando ilegalidade. Nesse caso, ele tem a faculdade de questionar tal fato em sede de controle administrativo, que poderá

- (A) substituir o controle judicial no controle de constitucionalidade e legalidade.
- (B) negar a reavaliação da questão, em razão da vedação da autotutela.
- (C) anular atos ilegais, desde que assegure o contraditório e ampla defesa.
- (D) reavaliar o mérito administrativo em fase recursal, sem motivação.

QUESTÃO 15

Leia o caso a seguir.

Durante a análise de um procedimento de contratação, unidades internas do órgão verificam impropriedades formais e adotam medidas para seu saneamento, enquanto o tribunal de contas, ao examinar o mesmo processo, aplica critérios de oportunidade, materialidade, relevância e risco.

Nesse caso, nos termos da Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o controle envolve

- (A) atuação preventiva, composta por agentes das linhas de defesa e órgãos de controle, que devem aplicar critérios objetivos, imparciais e elaborar relatórios tecnicamente fundamentados durante a fiscalização.
- (B) medidas iniciais de prevenção e controle, tomadas pelo órgão central de controle interno e pelo tribunal de contas, com acesso irrestrito aos documentos e às informações necessárias à realização dos trabalhos, a saber, a primeira linha de defesa.
- (C) atividades de assessoramento jurídico para verificar atos da primeira linha, com foco em regularidade documental e acesso aos atos publicizados no processo, configurando-as como sendo a segunda linha de defesa.
- (D) constatação de impropriedade formal, com remessa imediata ao Ministério Público de cópias dos documentos cabíveis para apuração dos ilícitos de sua competência, independentemente de risco ou dano ao interesse público.

QUESTÃO 16

Em Senador Canedo, ocorrendo vacância dos cargos de Prefeito e Vice-Prefeito no terceiro ano do mandato, o preenchimento ocorrerá por

- (A) eleição direta, conduzida pelo Tribunal Regional Eleitoral, em até noventa dias após a primeira vaga.
- (B) assunção definitiva do Presidente da Câmara, que é o sucessor legítimo do cargo.
- (C) eleição direta, conduzida pelo Tribunal Regional Eleitoral, em até trinta dias após a abertura da última vaga.
- (D) eleição realizada pela Câmara Municipal em até trinta dias após a abertura da última vaga.

QUESTÃO 17

A Lei nº 1.488/2010 descreve as formas pelas quais um cargo público municipal pode ser preenchido. São formas de provimento de cargo público, nos termos do estatuto, a nomeação, a promoção, a readaptação, a reversão, o aproveitamento e

- (A) a recondução.
- (B) a remoção.
- (C) a exoneração.
- (D) o remanejamento.

QUESTÃO 18

Servidor responsável pelo serviço de informações recusou, sem fundamento legal, o fornecimento de dado público e ainda retardou deliberadamente a resposta. Nos termos da Lei nº 12.527/2011, essa conduta

- (A) configura irregularidade meramente formal, resolvida com orientação administrativa, salvo se gerar consequências se houver dano financeiro direto ao requerente.
- (B) acarreta obrigação de responder ao pedido em prazo posterior, cabendo responsabilização somente se houver dano financeiro direto ao requerente.
- (C) enseja responsabilidade, podendo caracterizar infração administrativa e até mesmo ato de improbidade.
- (D) enseja responsabilidade, podendo caracterizar infração administrativa, civil e penal, por ser prática de favorecimento pessoal.

QUESTÃO 19

O Tribunal de Contas exerce função relevante na fiscalização da administração pública. Uma de suas competências constitucionais é

- (A) aprovar previamente todas as leis orçamentárias da União.
- (B) determinar abertura de crédito suplementar em favor de órgãos federais.
- (C) emitir parecer conclusivo sobre projetos de lei ordinária.
- (D) julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por recursos públicos.

QUESTÃO 20

Instrumento de planejamento governamental que estabelece diretrizes, objetivos e metas da administração pública para despesas de capital e programas de duração continuada, com vigência de quatro anos. Tal instrumento é denominado de

- (A) orçamento fiscal.
- (B) plano plurianual.
- (C) diretriz orçamentária.
- (D) demonstrativo de metas fiscais.

RASCUNHO

POLÍTICAS E LEGISLAÇÃO DE SAÚDE

Questões de 21 a 30

QUESTÃO 21

Considerando a legislação que fundamenta as ações de saúde no Brasil, a relação entre o Sistema Único de Saúde (SUS) e a Saúde Suplementar caracteriza-se pela atuação da iniciativa privada na assistência à saúde de forma

- (A) paralela ao SUS, prestando serviços de saúde à população em situações de urgência em saúde pública.
- (B) complementar ao SUS, mediante contratos ou convênios, seguindo as diretrizes do sistema público de saúde.
- (C) cooperativa ao SUS, com atuação conjunta, entre instituições públicas e privadas na execução dos serviços de saúde.
- (D) substitutiva ao SUS, assumindo as funções públicas de assistência à saúde quando houver déficit de recursos públicos.

QUESTÃO 22

Nos últimos anos, o Sistema Único de Saúde (SUS) alcançou avanços importantes no seu desenvolvimento. No entanto, ainda existem dificuldades para superar a fragmentação das ações e serviços de saúde e qualificar a gestão do cuidado. O debate em torno da busca pela integração dessas ações adquiriu nova ênfase a partir do Pacto pela Saúde, firmado em 2006 entre os gestores do SUS, e que se efetiva em três dimensões. Dentre elas, tem-se o Pacto em Defesa do SUS, que se traduz no compromisso com

- (A) as prioridades que apresentam impacto sobre a situação de saúde da população brasileira.
- (B) o estabelecimento de um espaço regional como lócus de construção e execução das ações pactuadas.
- (C) a consolidação dos fundamentos políticos e princípios constitucionais do Sistema Único de Saúde.
- (D) os princípios e diretrizes para a descentralização, regionalização, financiamento, planejamento, programação pactuada e gestão do trabalho e da educação em saúde.

QUESTÃO 23

A conferência de saúde e o conselho de saúde, em cada esfera de governo, são instâncias colegiadas que devem compor a gestão do Sistema Único de Saúde (SUS). Essas terão sua organização e normas de funcionamento definidas em regimento próprio, aprovadas pelo respectivo

- (A) secretário municipal de saúde.
- (B) secretário estadual de saúde.
- (C) conselho nacional de saúde.
- (D) conselho de saúde.

QUESTÃO 24

Conforme a Resolução nº 588, de 12 de julho de 2018, as estratégias para organização da vigilância em saúde devem contemplar respostas, de forma oportuna e proporcional, às emergências em saúde pública, com o estabelecimento de plano de resposta, a ser elaborado por cada esfera de gestão, considerando

- (A) a gravidade do evento à saúde e a organização e fluxos da rede de atenção.
- (B) o processo saúde doença e o aporte financeiro para a execução das ações.
- (C) as vulnerabilidades do território e os cenários de risco à saúde.
- (D) os condicionantes e determinantes da saúde e o modelo de atenção.

QUESTÃO 25

De acordo com a Política Nacional de Regulação do Sistema Único de Saúde (SUS), a área técnica da regulação do acesso à assistência deve ser estabelecida mediante a implantação dos complexos reguladores, formados por unidades operacionais denominadas centrais de regulação. O complexo regulador pode ter abrangência e estrutura pactuadas entre gestores e possui, dentre outras, as seguintes atribuições:

- (A) fazer a gestão da ocupação de leitos e agendas das unidades de saúde; atuar de forma integrada aos processos autorizativos e estabelecer e executar critérios de classificação de risco.
- (B) garantir o acesso aos serviços de saúde de forma adequada; diagnosticar, adequar e orientar os fluxos da assistência e subsidiar as ações de planejamento, controle, avaliação e auditoria em saúde.
- (C) construir e viabilizar as grades de referência e contrarreferência; capacitar de forma permanente as equipes que atuarão nas unidades de saúde e subsidiar a programação pactuada e integrada.
- (D) elaborar, disseminar e implantar protocolos de regulação; subsidiar o processamento das informações de produção e fomentar o uso e a qualificação das informações dos cadastros de usuários, estabelecimentos e profissionais de saúde.

QUESTÃO 26

A rede de atenção à saúde é definida como arranjos organizativos de ações e serviços de saúde, que buscam garantir a integralidade do cuidado, possuem diferentes densidades tecnológicas e são integradas por meio de sistemas de apoio

- (A) tecnológico, financeiro e de educação.
- (B) logístico, tecnológico e de educação.
- (C) financeiro, técnico e de gestão.
- (D) técnico, logístico e de gestão.

QUESTÃO 27

O Humaniza-SUS lança mão de ferramentas e dispositivos para consolidar redes, vínculos e a corresponsabilização entre usuários, Ministério da Saúde, trabalhadores e gestores. Esse programa opera com o princípio da

- (A) indissociabilidade.
- (B) transversalidade.
- (C) regularidade.
- (D) igualdade.

QUESTÃO 28

A atenção básica busca produzir a assistência integral, por meio da promoção da saúde, da prevenção de doenças, do diagnóstico, do tratamento, da reabilitação e da redução de danos que possam comprometer a autonomia das pessoas. Dessa forma, é fundamental o desenvolvimento de ações voltadas para o alcance dessas finalidades fazendo com que os profissionais das equipes de saúde da família, que integram os serviços da atenção básica, realizem de forma integrada às ações que lhes são atribuídas, as ações de vigilância

- (A) epidemiológica.
- (B) ambiental.
- (C) sanitária.
- (D) em saúde.

QUESTÃO 29

As doenças transmissíveis são uma ameaça à saúde dos indivíduos e têm potencial de ameaçar a segurança das populações. Essas são chamadas de endêmicas quando a doença surge em uma

- (A) área geográfica ou grupo populacional e apresenta um padrão de ocorrência relativamente estável com elevada incidência ou prevalência.
- (B) região ampla, em vários países e continentes ao mesmo tempo, com transmissão sustentada e grande distribuição geográfica.
- (C) região ou comunidade com um número de casos em excesso, em relação ao que normalmente seria esperado.
- (D) área geográfica limitada, com o número de casos acima do esperado e em um curto intervalo de tempo.

QUESTÃO 30

Conforme orientação da rede nacional de serviços de verificação de óbito e esclarecimento da causa mortis, os exames necroscópicos deverão ser realizados nas dependências do

- (A) instituto médico-legal e por médico patologista.
- (B) serviço de verificação de óbitos e por médico patologista.
- (C) instituto médico-legal e por profissionais técnicos em necrópsia.
- (D) serviço de verificação de óbitos e por profissionais técnicos em necrópsia.

RASCUNHO

QUESTÃO 31

Leia o texto a seguir.

[...] no caso da saúde pública, a noção de choque não se limita a um evento disruptivo de grande porte. Eventos inesperados ocorrem o tempo todo, e mesmo ocorrências de menor intensidade podem ter forte potencial destrutivo. As práticas amplamente conhecidas e disseminadas estão sujeitas à repentina necessidade de adaptações, dada a complexidade do provimento de serviços de maneira integral e universal, especialmente na sociedade diversificada de um país desigual como o Brasil.

JATOBÁ, Alessandro. CARVALHO, Paulo Victor Rodrigues. *A resiliência do Sistema Único de Saúde não está (somente) nas respostas aos desastres*. Revista de Saúde Pública. <http://www.rsp.fsp.usp.br/> 58:22, 2024. p. 3. Acesso em: 29 nov. 2025.

Para que o pacto federativo entre União, estados e municípios ocorra em relação à saúde pública, é necessária a inclusão de operação

- (A) abrangente, individualizada e de eficácia.
- (B) ininterrupta, resolutiva e de qualidade.
- (C) contínua, especializada e de governança.
- (D) sanitária, mensurada e de segurança.

QUESTÃO 32

Para fortalecer o cuidado e a participação da equipe multiprofissional em saúde, bem como integrar os profissionais de educação física ao Sistema Único de Saúde, foram desenvolvidos programas e estratégias voltados às práticas corporais e à atividade física. Destacam-se o Programa Saúde na Escola, instituído em 2007, e o Programa Academia da Saúde, criado em 2011, além da inserção dessas práticas na atenção primária à saúde por meio de equipes como o Núcleo Ampliado de Saúde da Família, a partir de 2008. A concepção prevalente nessas iniciativas fundamenta-se em recomendações de duração e intensidade das atividades físicas, com foco na redução da morbimortalidade associada a diferentes condições de saúde. No entanto, as políticas e ações implementadas nesse contexto contrapõem-se a uma visão ampliada de saúde, centrada nos determinantes sociais e nas dimensões culturais e subjetivas do cuidado

- (A) do horizonte regional, relacionado às interações e experiências populares e científicas de Saúde das localidades que se encontram em vulnerabilidades.
- (B) da vivência histórica, a partir do pertencimento a uma área de conhecimento em Saúde que tem como foco a prevenção patológica da população.
- (C) do aspecto comunitário, por ser direcionada à vida coletiva de forma que contribuam para a efetivação da Saúde como um direito social.
- (D) da intervenção preventiva, nos lócus em que existem vetores endêmicos e ausência de equipamentos sociais em Saúde eficazes e de qualidade.

QUESTÃO 33

A Lei Orgânica do Município de Senador Canedo (Lei nº 1/1990), no *Capítulo II – Da saúde* e no *Capítulo III – Da família, da criança, do adolescente, do idoso e do deficiente*, estabelece, respectivamente, as seguintes atribuições do Município, dentre outras,

- (A) efetivar, via formação popular participativa, a fiscalização das políticas de saúde e o aquinhamento privilegiado dos recursos públicos para os programas de atendimento de direitos e proteção especial da criança e de adolescentes.
- (B) garantir, por meio de organizações representativas, a efetividade de investimentos nas políticas de saúde e participação da sociedade na formulação de políticas e programas, bem como no acompanhamento e fiscalização de sua execução pelos órgãos federais.
- (C) participar, como agente executor, do sistema unificado e descentralizado de saúde, segundo os princípios estabelecidos nas Constituições da República e do Estado de Goiás; estimular programas socioeducativos destinados aos escolares.
- (D) destinar, como sujeito corresponsável pela gestão anual, quinze por cento ao menos de sua receita de impostos; bem como a realização de convênios com entidades públicas ou privadas, para o atendimento ao idoso em situação de mendicância e/ou abandono.

QUESTÃO 34

A Política Nacional da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, em seu art. 3º, parágrafo único, no que concerne as ações de saúde do trabalhador e o trabalho como um dos determinantes do processo saúde-doença, considera o princípio da

- (A) equidade.
- (B) integralidade.
- (C) universalidade.
- (D) transversalidade.

QUESTÃO 35

A partir de 1960, a Organização Internacional do Trabalho, começa a definir a aplicação das ciências biológicas articulada com as ciências da engenharia para otimizar e avaliar o ajustamento funcional do ser humano em sua atividade laboral, com fins de prevenir precarizações a sua saúde a partir da

- (A) ergonomia.
- (B) biodinâmica.
- (C) fisiologia.
- (D) anatomia.

QUESTÃO 36

Leia o texto a seguir.

Finalmente, um diálogo com o próprio campo da Educação Física, especialmente os setores mais corporativos, que precisa “escutar” a demanda do Sistema de Saúde para refletir sobre os referenciais teóricos utilizados especialmente na formação inicial, para estabelecer diálogo efetivo com a saúde coletiva. Em tempos de incentivos a Programas que têm relação com as Práticas Corporais/ Atividade Física no âmbito da Atenção Básica, como exemplo o Programa Academia da Saúde, lançado em 2011 pelo Ministério da Saúde, é preciso colocar o entendimento das dinâmicas do cuidado em saúde [...]

BUENO, Alessandra Xavier. A educação física na saúde: reflexões acerca do fazer da profissão no SUS. IN WACHS, Felipe. ALMEIDA, Ueberson Ribeiro. BRANDÃO, Fabiana F. de Freitas. *Educação Física e Saúde Coletiva Cenários, experiências e artefatos culturais*. Porto Alegre: Rede UNIDA, 2016. p. 164.

Ao reconhecer a demanda pela saúde do trabalhador, os órgãos governamentais e os instrumentos de avaliação e controle da qualidade do serviço prestado à população indicam fatores que corroboram com objetivos situados acima de interesses corporativos. Para tanto, no que se refere às competências e habilidades, torna-se necessária a observância atenta às demandas que o Sistema Único de Saúde trará aos profissionais e às equipes envolvidas em

- (A) proximidade com os Conselhos de categorias.
- (B) especificidade do conhecimento da área.
- (C) qualidade do atendimento prestado.
- (D) condicionalidade jurídica ao paciente.

QUESTÃO 37

Leia o texto a seguir.

[...] o conceito de práticas corporais vai ao encontro da compreensão de saúde como um fenômeno social de interesse público, considerando que as relações da saúde com os esportes, ginásticas, danças, lutas, jogos e brincadeiras, práticas integrativas e complementares, etc. envolvem elementos políticos, econômicos, sociais e culturais [...]

KNUTH, Alan Goularte et ali. *Práticas corporais e atividades físicas articuladas à promoção da saúde: a composição coletiva de uma obra técnica para o SUS*. Movimento, v. 31, e31048, 2025. p.10.

A postulação apresentada fundamenta-se na Política Nacional de Promoção da Saúde. Nessa perspectiva, a corporalidade e suas intersecções configuram-se como imperativos centrais para o enfrentamento dos seguintes fenômenos societários:

- (A) as omissões nas campanhas de vacinação, os desequilíbrios ambientais, as exclusões dos povos indígenas, as diferenças de acesso e transporte.
- (B) as burocracias públicas, as comorbidades de contaminação, os desastres naturais, os privilégios nos atendimentos, as centralizações protocolares e administrativas.
- (C) as desigualdades sociais, as de gênero, as étnico-raciais, as geracionais, as regionais e de pessoas com deficiências.
- (D) a desinformação da população, os atrasos emergenciais, os estamentos de classe, a falta de insumos de exames, a inacessibilidade para os exercícios físicos e mentais.

QUESTÃO 38

A Lei Antidrogas, nº 11.343/2006, título III, capítulo I, do art. 19, ao tratar da prevenção, prevê o acolhimento de usuários e dependentes. No item IX, a diretriz estabelecida como forma de inclusão social e de melhoria da qualidade de vida é a adoção de políticas e programas que visem à inclusão social e à melhoria da qualidade de vida dos usuários e dependentes de drogas, a partir

- (A) do fortalecimento da autonomia e da responsabilidade individual em relação ao uso indevido de drogas.
- (B) da implantação de projetos pedagógicos de prevenção do uso indevido de drogas, nas escolas.
- (C) do alinhamento às diretrizes dos órgãos de controle social de políticas setoriais específicas.
- (D) do investimento em alternativas esportivas, culturais, artísticas, profissionais, entre outras.

QUESTÃO 39

Em relação ao financiamento das políticas e programas de saúde voltados à criança brasileira, a Portaria GM/MS nº 1.130/2015, em seu art. 17, no tocante às competências das Secretarias de Saúde dos Municípios, estabelece que

- (A) a definição das diretrizes nacionais da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança é de responsabilidade do Ministério da Saúde.
- (B) a gestão das ações da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança é atribuição dos estados, cabendo aos municípios apenas a execução.
- (C) a alocação de recursos financeiros próprios e os transferidos pelas demais esferas de gestão compete às Secretarias Municipais de Saúde para a implementação.
- (D) a coordenação normativa e integral da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança é de responsabilidade tripartite.

QUESTÃO 40

Leia o texto a seguir.

A experiência humana, no seu sentido antropológico, é uma totalidade biopsicossocial, na medida em que a maturação neurológica (fator biológico) representa o resultado da dialética da quantidade e da qualidade de estimulação proporcionada pelo *adulto socializado*, que também, por esse fato, é portador de valores culturais (fator sociológico). A edificação de uma personalidade, neste caso a da criança (fator psicológico), resulta da interação entre o potencial hereditário e o meio, entre fatores endógenos e fatores exógenos, entre a atividade bioquímica e bioelétrica do cérebro e aprendizagem social, ou seja, tudo o que permite a apropriação dos valores [...]

FONSECA, Vitor da. MENDES, Nelson. *Escola, escola, quem és tú?* Porto Alegre: Artes Médicas. 1987. p. 278.

A partir das postulações da aprendizagem humana e as suas redes de relações de desenvolvimento, os fatores motor e cognitivo estão relacionados

- (A) às condições sócio-históricas que são proporcionadas pelos sujeitos que a envolvem.
- (B) às estimulações locais e familiares que são experimentadas pelos infantes ao brincar.
- (C) às adaptações específicas e globais que são mediadas pela cultura lúdica infantil.
- (D) às predisposições focais e espaciais que são potencializadas pela comunidade que ensina.

QUESTÃO 41

Leia o texto a seguir.

O Programa Academia da Saúde (PAS), instituído em 2011, é uma das estratégias para o fortalecimento de ações de promoção da saúde na Atenção Primária à Saúde (APS) do Sistema Único de Saúde (SUS). O PAS foi criado a partir de experiências municipais de promoção das práticas corporais e atividades físicas (PCAF) e tem como base conceitual os princípios e as diretrizes do SUS e das Políticas Nacionais de Atenção Básica (PNAB) e de Promoção da Saúde (PNPS).

CARVALHO, Fabio Fortunato Brasil de. PARREIRA, Fernanda Ramos. BOCALINI, Danilo Sales. VIEIRA, Leonardo Araújo. Os desafios para a promoção da saúde no SUS: análise do financiamento federal de custeio do Programa Academia da Saúde de 2021 a 2024. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*. 2025; 47: e20250006. p. 2.

A trajetória histórica de um dos programas para promoção da saúde é apontada, nesta concepção, com a implantação de

- (A) zonais.
- (B) polos.
- (C) distritos.
- (D) núcleos.

QUESTÃO 42

A partir da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (PNSPI) no Brasil, instituída pela Portaria nº 2.528, de 19 de outubro de 2006, um dos aspectos determinantes para a qualidade de vida do idoso está na relação das condições objetivas e subjetivas da produção material e cultural da vida que ele, como grupo em ascensão populacional no Brasil, apresenta. Assim, de acordo com o PNSPI, considera-se que o idoso experimenta um estado equilibrado de saúde quando

- (A) sente que há manutenção da sua capacidade funcional, garantindo autonomia e independência contínua.
- (B) nota que a admissão à rede de atenção básica é a porta de entrada e ordenadora do cuidado integral.
- (C) sente uma autopercepção positiva de saúde, associada à autonomia, funcionalidade e inserção social.
- (D) enfoca a promoção do ser ativo através do estímulo à participação social e prevenção de agravos.

QUESTÃO 43

Leia o texto a seguir.

Uma das questões centrais para o entendimento da concepção socioantropológica é que esta está ancorada no referencial da cultura surda, ou seja, considera as diferentes formas de apreensão das informações e experimentação do mundo. Em geral, o termo cultura nos remete a um conjunto de práticas simbólicas de um determinado grupo. A cultura surda faz referência ao uso da língua de sinais, às estratégias sociais e aos mecanismos compensatórios que os surdos realizam para agir no mundo, tais como o despertador que vibra, a campanha que aciona a luz, o uso de mensagens visuais e de texto, a educação bilíngue [...]

SOLEMAN, Carla. BOUSQUAT, Aylene. *Políticas de saúde e concepções de surdez e de deficiência auditiva no SUS: um monólogo? Cad. Saúde Pública.* 2021.

O Decreto Lei nº 5.626, de 2005, garante o direito à saúde de pessoas surdas ou com deficiência auditiva nas redes do Sistema Único de Saúde (SUS). A formação de equipes multiprofissionais de atendimento ao surdo necessita de

- (A) valorizar as diferentes vias de comunicação.
- (B) treinar as habilidades auditivas e de leitura labial.
- (C) reabilitar o aparelho auditivo na atualidade tecnológica.
- (D) aprender formas e critérios de atendimentos adequados.

QUESTÃO 44

A política de saúde mental no Brasil, fundamentada na Lei nº 10.216/2001, prioriza a substituição do modelo hospitalocêntrico por estratégias de cuidado em serviços comunitários, com atuação de equipes multiprofissionais e garantia da assistência integral à pessoa com transtorno mental. Nesse contexto, são concebidas estratégias terapêuticas extra-hospitalares no âmbito

- (A) da reinserção do atendido ao seu meio com assistência integral e vedação de internação com características asilares.
- (B) da adaptação à dependência institucional com a supervisão da autoridade sanitária e planejamento psicossocial assistido.
- (C) da determinação de ação voluntária do(a) atendido(a) e assunção de protocolos de responsabilidade subjetiva e institucional.
- (D) da internação com a autorização do poder público local e determinação do término desta ação em consenso com os responsáveis legais.

QUESTÃO 45

Para a materialização da Política Nacional do Idoso, determinada pela Portaria GM/MS nº 2.528/2006, foram estabelecidas normas em relação aos programas de atividades físicas e recreativas que consistem em

- (A) logísticas para a execução.
- (B) parcerias para a implementação.
- (C) acompanhamento para a avaliação institucional.
- (D) prevenção para os riscos das práticas corporais.

QUESTÃO 46

Leia o texto a seguir.

A discussão sobre saúde mental tem se tornado central na sociedade, mas o entendimento sobre a complexidade do construto ainda está em evolução. Embora investigado há décadas, apenas recentemente seu lado positivo ganhou destaque na ciência e, mais recentemente ainda, foi interligado ao esporte [...] é uma simplificação que ignora fatores cruciais como a causalidade [...]

TOZETTO, Willen Remon. BOBATO TOZETTO, Alexandre. *Bem-estar no esporte: reflexões a partir das abordagens patogênicas e salutogênicas de saúde mental.* Motrivivência, (Florianópolis), v. 37, n. 68, p. 01-21, 2025. Universidade Federal de Santa Catarina. p. 15.

As perspectivas paradigmáticas patogênica e salutogênica revelam disputas no campo da saúde. A partir de uma perspectiva crítica, torna-se necessário considerar a relação entre a prática esportiva e a saúde mental de maneira ampliada, contextualizada e socialmente determinada em

- (A) diagnóstica, protetora e transformadora.
- (B) descentralizada, formadora e preventiva.
- (C) complexa, holística e multifacetada.
- (D) especializada, longitudinal e setorial.

QUESTÃO 47

Leia o texto a seguir.

Parágrafo único. Os componentes da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência serão articulados entre si, de forma a garantir a integralidade do cuidado e o acesso regulado a cada ponto de atenção e/ou aos serviços de apoio, observadas as especificidades inerentes e indispensáveis

- I - acessibilidade;
- II - comunicação;
- III - manejo clínico;
- IV - medidas de prevenção da perda funcional, de redução do ritmo da perda funcional e/ou da melhora ou recuperação da função; e
- V - medidas da compensação da função perdida e da manutenção da função atual.

BRASIL, (2012)

https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt0793_24_04_2012.html. Acesso em: 29 nov. 2025.

O elemento paradigmático indispensável, em ordem lógica e histórica, a ser assegurado a partir da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no âmbito do Sistema Único de Saúde é

- (A) a valorização dos pacientes em suas especializações.
- (B) a universalização do atendimento básico do cidadão.
- (C) a estrutura de atendimento aos sujeitos de direito.
- (D) a garantia da equidade na atenção a estes usuários.

QUESTÃO 48

Ao desenvolvermos projetos, ações e políticas públicas voltadas a diferentes grupos sociais em suas demandas por saúde, qualidade de vida e bem-estar, como crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência, torna-se essencial compreender a relação entre o tempo de trabalho e o tempo livre como um fenômeno próprio das sociedades capitalistas. Nesse contexto, a recreação, como atividade lúdica, terapêutica, criadora e recriadora, é considerada

- (A) formativa, do conjunto de aspectos livres e desinteressados.
- (B) produtora, dentro do lazer, da atividade-experiência.
- (C) criadora, da materialização do movimento da lazerania.
- (D) distrativa, do descanso e da diversão em suas aproximações.

QUESTÃO 49

Leia o texto a seguir.

Na perspectiva da atuação do profissional de Educação Física o CONFEF, destaca a necessidade de uma gestão compartilhada das funções da Ginástica Laboral e seus desdobramentos acerca de promoção interprofissional (Educação Física, Segurança do Trabalho, Medicina Ocupacional, Recursos Humanos, dentre outros) buscando sempre o aprimoramento das relações no ambiente laboral, ressaltando as atribuições e atuação de cada profissional e suas especificidades [...].

SILVA, Érika Lobo da. MOCARZEL, Rafael Carvalho da Silva. *Ginástica laboral: prerrogativas para disseminação*. Corpoconsciência, Cuiabá-MT, vol. 23, n. 03 p. 59-72, set./dez., 2019. p. 62.

Ao tratar da particularidade da área de educação física, no conjunto das atividades que envolvem a saúde do trabalhador, é necessário se ater

- (A) aos aspectos posturais da biomecânica em serviço.
- (B) aos cenários adaptativos ao se movimentar laboralmente.
- (C) aos exercícios físicos para prevenção e manutenção da saúde.
- (D) aos pontos de gatilhos das patologias do mundo do trabalhador.

QUESTÃO 50

As práticas corporais são compreendidas como tecnologias de cuidados que estimulam as necessidades de saúde da população, estando atualmente nos serviços públicos de saúde por favorecerem a inclusão, a ampliação da autopercepção positiva e a autonomia responsável dos usuários nos cuidados com a saúde e o bem-estar. Alinhadas aos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), aos direitos assegurados pela Constituição Federal e às diretrizes da Política Nacional de Promoção da Saúde e da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares, essas práticas corporais exigem, no âmbito da formação em saúde, uma capacitação profissional que envolva

- (A) o esclarecimento emancipador.
- (B) o conhecimento libertador.
- (C) a durabilidade integrativa.
- (D) a educação permanente.

PROVA DISCURSIVA

Questão 01

Leia o texto a seguir.

[...] saliento que o modelo [...] que inspira o SUS abre grandes possibilidades para atuação dos profissionais da Educação Física que se desafiem a pensar a intervenção *com e nas* práticas corporais para além da dimensão orgânica e comportamental. Nesse sentido, entendo que uma Educação Física comprometida com o cuidado da saúde, que defenda e afirme a vida por inteiro, na materialidade cotidiana e territorial dos usuários, tem muito a oferecer.

Por outro lado, também compreendo que essa forma de pensar e trabalhar no campo da saúde coloca grandes desafios para a formação inicial e continuada em nossa área. Assumir a preparação de profissionais para a saúde coletiva, particularmente nos dispositivos institucionais criados pelo SUS, exige alargar sensivelmente o entendimento de cuidado que encharca nossos cursos de Educação Física. Bem como demanda repensar as tecnologias que se carregam nas *mochilas* dos profissionais da área que, sem negar nossa tradição, devem permitir configurar – inventar, criar, propor – novas formas de cuidar da saúde *com e nas* práticas corporais.

GONZÁLEZ, Fernando Jaime. Práticas corporais e o Sistema Único de Saúde: desafios para a intervenção profissional. *In*: GOMES, Ivan Marcelo; FRAGA, Alex Branco; CARVALHO, Yara Maria de, (org). *Práticas Corporais no Campo da Saúde: uma política em formação*. Porto Alegre: Rede UNIDA, 2015. Disponível em: Livro-Praticas-Corporais-no-Campo-da-Saude.pdf. Acesso em: 30 de novembro de 2025.

A ação do profissional de educação física na rede de atenção básica à saúde é constituída de paradigmas em disputas por hegemonia. Discorra sobre os interesses, limites e desafios na intervenção da área em equipes multiprofissionais.

(100 pontos)

FOLHA RASCUNHO

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30